

Nota à imprensa



CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (CMAP)

terça-feira, 22 de dezembro de 2020

Análise de sobreposição das políticas do Ministério da Cidadania

O Ministério da Economia divulga hoje mais um relatório de avaliação de políticas públicas, no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), referente ao ciclo 2019.

O CMAP é instância de natureza consultiva com a finalidade de avaliar anualmente uma lista de políticas públicas previamente selecionadas, financiadas por gastos diretos ou subsídios da União, sendo composto pelos Secretários-Executivos da Casa Civil (CC), da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério da Economia (ME), este último responsável por sua coordenação.

No ano de 2019, uma das avaliações realizadas foi a de Sobreposição de Políticas Públicas do Ministério da Cidadania, acordada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre a Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria – SECAP, do Ministério da Economia (ME), e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, do Ministério da Cidadania.

Ambas as secretarias envolvidas consideraram importante a análise no contexto da reforma administrativa do governo federal, com a junção de quatro antigas pastas (Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e parte dos antigos Ministérios do Trabalho e do Ministério da Justiça) em apenas uma (Ministério da Cidadania). O primeiro passo da análise foi mapear 73 políticas, programas, ações e equipamentos públicos distribuídos em diferentes frentes de atuação do Ministério da Cidadania, que à época envolvia: assistência social, promoção do desenvolvimento humano, inclusão social e produtiva, segurança alimentar e nutricional, cuidado e prevenção às drogas, cultura e esporte.

O segundo passo teve o intuito de identificar a existência de eventual sobreposição ou fragmentação, quando a política se encontra em mais de uma pasta do Ministério da Cidadania ou que seja executada também por outro Ministério. A metodologia se baseou naquela utilizada pelo Gabinete de Prestação de Contas do Governo Americano (*US Government Accountability Office - GAO*), buscando trazer aspectos das políticas, tais como: finalidade; normas relacionadas; forma de implementação; público-alvo; unidade responsável pela política na estrutura do Ministério da Cidadania; forma de financiamento, além da evolução do gasto respectivo, ao longo dos últimos três anos.



Um dos achados é que mais de 90% do recurso autorizado em 2018 para o Ministério da Cidadania foi alocado no Programa Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada – BPC, os quais ficaram de fora da análise, conforme acordado por ocasião do ACT, tendo em vista o interesse da Cidadania em conhecer as demais políticas, pois estas, de maior despesa e ampla cobertura, já possuíam diversas avaliações e tenderiam a fazer parte da agenda do CMAP de avaliações específicas. O restante dos recursos foi destinado a 71 políticas, programas, ações e equipamentos públicos. Importante mencionar que, mesmo não sendo fator determinante para caracterizar sobreposição, identificou-se, também, a mesma fonte orçamentária para diferentes políticas, programas, ações e equipamentos públicos.

A análise identificou diversas oportunidades de unificação de programas ou equipamentos, ao observar convergência total ou parcial entre objetivo, público alvo ou forma de implementação. Cita-se a seguir alguns exemplos de sobreposição encontradas. Nas políticas executadas pelas pastas do Esporte e da Cultura do Ministério da Cidadania, vislumbrou-se a oportunidade de o Programa Vida Saudável ser integrado à modalidade voltada ao idoso do Programa Esporte e Lazer da Cidade, uma vez que as ações possuem forma de implementação, público-alvo e objetivos sobrepostos. Assim como a perspectiva de integração desses programas à Política Nacional de Cultura Viva (Programa Pontos de Cultura), já que mesmo não possuindo sobreposição em todos os aspectos, possuem as mesmas formas de operacionalização, o que possibilitaria o compartilhamento das estruturas já existentes. Outra oportunidade de unificação na área da Cultura e do Esporte, está o redesenho dos equipamentos Centro de Artes e Esportes Unificado (Cultura) e do Centro de Iniciação ao Esporte (Esporte), visando fornecimento integrado de atividades culturais e esportivas e, quando cabível, a integração dessas com serviços de assistência social, uma vez que possuem objetivos, públicos-alvo e modos de implementação comuns.